

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: LUZES E SOMBRAS NO LIMIAR DO MILÊNIO

Por Sonia Corrêa

No ano da graça de 2003 a homossexualidade como questão de direitos humanos ganhou as ruas e as primeiras páginas dos jornais no Brasil e no mundo. Milhões de pessoas comemoraram o Orgulho Gay em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e dezenas de outras cidades brasileiras. Antes disto, ainda em 2002, tivemos jovens lésbicas na capa da *Época* e de pois na novela das oito, que atinge níveis inesperados de audiência. Por efeito da legitimidade “global” o lesbianismo também virou matéria da *Capricho* que, nos anos sessenta, persuadia as jovens brasileiras a preservar com unhas e dentes sua virgindade. De entremeio, tivemos o Encontro Nacional de AIDS (ENONG) que reuniu mais de 600 pessoas em São Paulo. Quase duzentas pessoas estiveram no Encontro Nacional de Travestis em Porto Alegre, que contou ainda com a participação de Camille Cabral. Nascida no Brasil, médica e transgênero, Camille desde o ano 2000 é conselheira municipal em um bairro de Paris.

Esta florescência venceu, inclusive, fronteiras institucionais tanto no país quanto fora dele. Em sintonia fina com o espírito GLS que cativa nossos corações e mentes, em abril de 2003, o governo brasileiro apresentou à Comissão de Direitos Humanos da ONU uma proposta de resolução que reconhece a orientação sexual como uma questão de direitos humanos. O texto recebeu 55 emendas dos países islâmicos e, após uma seção tumultuada, decidiu-se que ele será votado em 2004. Em junho, um julgamento da Suprema Corte Americana resolveu, favoravelmente aos réus, um caso de sodomia anteriormente criminalizado pela lei penal do Texas. A decisão além de inédita é mais que relevante nestes tempos em que o moralismo conservador de George W. Bush estende seus tentáculos pelo mundo afora.

Na mesma semana em que a Suprema Corte americana demoliu juridicamente o “crime de sodomia”, o Bispo de Canterbury, chefe espiritual da Igreja Anglicana nomeou um bispo gay para a diocese de Reading na Inglaterra. A decisão provocou indignação entre autoridades eclesiais anglicana em vários países em desenvolvimento, especialmente no Brasil e na Nigéria. Na Terra Brasilis, o Dia do Orgulho Gay teve direito a uma sessão especial do Congresso Nacional provocando a ira de deputados sabidamente conservadores como Severino Cavalcanti e Salvador Zimbaldi. No rastro quente destas manifestações regressivas, Dom Eugênio Salles declarou em seu artigo semanal: *“Nascer com tendência homossexual ou ter sofrido um desvio homossexual não significa algo ofensivo a Deus e aos homens. A lei natural e divina proíbe pessoas do mesmo sexo terem relações sexuais. O pecado está em não resistir a essa tendência...Por outro lado, ser homossexual não é motivo de orgulho.* (O Globo, 12 de junho de 2003). Já do outro lado do mundo, em Taiwan, na mesma semana, a pesquisadora Josephine Ho, fundadora do Centro de Estudos da Sexualidade se tornaria objeto de uma ação criminal, movida por uma coalizão da chamada nova direita, fortemente influenciada pela Igreja Católica.

Estes sinais não são triviais. Devem ser lidos como a ponta de um iceberg. Um ciclo longo, repleto de histórias e forças sociais, pode ser identificado nas correntes submersas que o arrastam velozmente em nossa direção. Pelo menos desde a década de 1960 a sexualidade se configura como um terreno de contestação tanto seja nos contextos locais quanto em arenas políticas internacionais, como é o caso das Nações Unidas. Para compreender plenamente o cenário de 2003 é preciso, por exemplo, resgatar as conferências de Cairo e Pequim (1994 e 1995) quando a “advocacia” feminista conseguiu legitimar os conceitos de direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres. Também é preciso reconhecer que as mais diversas formas de dissidência sexual, sejam elas

modernas ou tradicionais, se tornaram visíveis e politicamente vocais em todos os quadrantes do planeta. A cena contemporânea traduz em realidades cada vez mais palpáveis o que já dizia Foucault em sua análise da sexualidade nos tempos modernos:

“ Foi a vida mais que a lei que se tornou o objeto da luta política , mesmo quando esta luta política foi formulada através de afirmações relativas aos direitos. O "direito" à vida, ao corpo, à saúde, a felicidade, a satisfação das necessidades a sobretudo o "direito" de redescobrir quem alguém é e o que pode ser. ...Este é o pano de fundo que nos ajuda a compreender o "sexo" como questão política".¹

Podemos, sem dúvida, identificar algumas zonas de luz neste cenário turbulento. Mas elas são ainda instáveis e efêmeras. Sempre que a sexualidade e os direitos humanos escapam de suas garrafas e se entrelaçam como pauta da democracia, as mais diversas formas de fundamentalismo e violência se desencadeiam como reação. Antes dos fatos aqui mencionados tivemos muitos outros como, por exemplo, a perseguição e execução de homossexuais no Zimbábue, na Namíbia, no Egito e na Arábia Súdita. Ou então, a manipulação política do escândalo Clinton-Lewinski e também da prisão do vice Primeiro Ministro malasiano, Anwar Ibrahim, que foi preso sob acusação de “sodomia”. Também é preciso mencionar a condenação capital de Saffyia Husseini e Amina Lawal pelo “crime de adultério”.

Vivemos portanto tempos paradoxais que combinam o deslocamento e reconstrução de práticas e significados sexuais e franco recrudescimento das forças do conservadorismo moral. Em anos recentes, estas forças se tornaram cada vez mais articuladas entre si e passaram a contar com volumosos recursos financeiros, para além da tradicional capilaridade institucional de que podem lançar mão (basta pensar nas redes sociais religiosas).

Já de nosso lado os esforços intelectuais e políticos continuam dispersos e fragmentados. As ativistas feministas e lésbicas envolvidas na lutas da ONU não estabeleceram vínculos políticos sólidos com o mundo gay. As comunidades gay e de soropositivos não tem interagido sistematicamente com os debates globais sobre direitos humanos, exceto no contexto das conferência internacionais de AIDS. Durante UNGASS sobre HIV/AIDS, em 2001, homens gays e de pessoas vivendo com o HIV/AIDS foram muito atuantes, mas a presença feminista foi escassa. Pensadores e ativistas de direitos humanos não debatem, em geral estes temas, especialmente em países, como o Brasil, onde guardam vínculos com a Igreja Católica. Em muitos contextos, inclusive no Brasil, as iniciativas de gays e lésbicas têm concebido crescentemente estratégias antidiscriminação a partir de um enfoque de mercado e consumo que não deixa muito espaço para articulações direitos, sexualidades e desigualdades. Mesmo no Brasil, onde inúmeros fatores favorecem parcerias e uma maior sintonia de agendas e de mobilização estamos muito aquém de uma aliança política efetiva e ágil suficiente para conter os ataques e avanços fundamentalistas.

Hoje, com razão e orgulho, celebramos a efervescência dos direitos sexuais na sexualidade brasileira. Contudo o aborto que é tema crucial da mesma agenda continua esquecido, invisível, quando não abertamente evitado. Trago algumas ilustrações sobre este desequilíbrio. O projeto DAWN –ABIA produziu um texto político sobre a legalização o aborto para ser distribuído no ENONG 2003. O panfleto foi recusado agressivamente por algumas participantes que afirmavam

¹ Michel Foucault, apud Paul Rabinov, Foucault: A Reader, 1984.

serem “a favor da vida”. As multidões que acorreram as ruas neste final de junho para celebrar a liberdade e diversidade sexual não sabem, por exemplo, que um projeto de descriminalização do aborto está na pauta do Congresso Nacional. Tampouco se deram conta que na perspectiva dos direitos sexuais esta projeto é tão importante quanto a inclusão da orientação sexual como base injustificável de discriminação no preâmbulo constitucional. Em *Mulheres Apaixonadas* o lesbianismo é tratado com simpatia enquanto o aborto continua confinado ao limbo da irresponsabilidade sexual, mesmo quando nesta nova versão “global” sobre o tema tenha sido adicionado o discurso politicamente correto da “responsabilidade masculina”. Mas vale lembrar que Gracinha, a personagem que está grávida, já fez um aborto anteriormente, ou seja “é mais irresponsável que seu parceiro”. E até onde consegui acompanhar a trama Gracinha não expressou o seu desejo ou capacidade de decisão. Se, por acaso, abortar, será pela pressão econômica da mãe do seu parceiro que não por acaso é uma das megeras da novela.

Como já afirmei em outra ocasião, no que diz respeito especificamente a estes “dois assuntos” a sociedade brasileira vive um curioso paradoxo: preza a sexualidade, mas recusa o aborto, como se a gravidez indesejada fosse produto de outra coisa que não do tesão e do sexo. Estamos, portanto, desafiadas e desafiados a pensar erotismo, diversidade sexual e aborto como temas comum e inegociáveis de uma agenda de democracia e liberdade. Entre outras razões por em todos estes casos está em questão um antigo princípio dos direitos humanos que é o direito de aparecer em público sem vergonha. Mas também por que, ao meu, ver estão são tempos de aliança e enfrentamento.

Nesta semana estamos assistindo pasmas a culminação da reação conservadora aos direitos sexuais. De forma articulada, o Cardeal Ratzinger em Roma e Gorge W. Bush em Washington pontificaram num única voz contra o casamento homossexual. Esta sintonia fina entre Roma e Washington não acontece desde os bons tempos em que Ronald Reagan e João Paulo II discutiam os desígnios da Polônia, de Lech Walesa e da Nicarágua sandinista. Bush, em seu discurso teve, inclusive a ousadia de afirmar que, embora seja contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo tem compaixão dos homossexuais pois “somos todos pecadores”. Nestas circunstâncias a cena brasileira não pode ser pensada fora deste marco geopolítico global.

Ouso dizer que, hoje e nos próximos anos, a sexualidade e o aborto estão para o Brasil assim como o petróleo esteve para o Iraque. Não quero sugerir isto justifique uma invasão do país pelos mariners. Mas estou convencida que nossa tradição “liberal” neste campo pode implicar brutais pressões sobre o governo brasileiro em negociações internacionais que serão muitas nos próximos meses. Também deve se desdobrar em maior apoio financeiro para os setores conservadores nacionais e, eventualmente, em condicionalidades impostas à agenda de trabalho de organizações que são financiadas por agências alinhadas com a política moral de George Bush. Suspeito que se não formos capazes de construir esta grande coalizão em favor dos direitos sexuais e reprodutivos, na sua expressão, plena podemos ser tragados pelos ventos sombrios que sopram neste começo de milênio.